

A sociologia histórica de Theda Skocpol

Theda Skocpol, *States and Social Revolutions (A Comparative Analysis of France, Russia and China)*, Cambridge University Press, 1979*.

INTRODUÇÃO

In a basic sense, sociology has always been a historically grounded enterprise¹.

Tal como a sociologia histórica nunca se eclipsou completamente, assim se continua hoje a fazer sociologia para a qual a história é irrelevante. Mas, desde o princípio da década de 70, a expressão «sociologia histórica», até aí invulgar ou extravagante, adquiriu curso forçado. Tratar-se-á dum retorno às origens, conforme interroga Theda Skocpol?² O que atormentava os «pais fundadores» da sociologia era a busca das origens (do «como» e do «porquê») do capitalismo industrial, sob cujo impacte a sociedade europeia (o «Ocidente») se transformava radicalmente, debaixo dos seus olhos, a um ritmo sem precedentes. Dizer como se tinha chegado ali era já, em parte, explicar ao que é que se tinha chegado: parecia indispensável dotar a teoria do presente duma sólida fundamentação histórica. Até Durkheim concedia que «structure [...] is encountered in becoming, and one cannot illustrate it except by pursuing this process of becoming»³. Veremos de seguida que o que aconteceu foi de facto, em boa parte, um retorno às origens; e na parte final deste trabalho deixaremos ainda entrever que o que está em curso pode ser mais do que isso: há quem não reconheça fundamento lógico nem metodológico que sustente a separação das duas disciplinas, prevendo o desaguar de ambos os rios numa única foz ou estuário⁴.

Mas Theda Skocpol não provém desta segunda corrente, nem se propõe apenas voltar às origens. Também não pretende efectuar somente uma releitura e revalorização de Weber, suplementada pela revisão antieconómica e antievolucionista de Marx. Ou, como a própria explicita, uma

* Tradução em português: *Estados e Revoluções Sociais — Análise Comparativa da França, Rússia e China*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.

¹ Theda Skocpol, «Sociology's Historical Imagination», in T. Skocpol (ed.), *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge University Press, 1984, p. 1.

² Id., «Are Revivals of the Classics the Essence?», *ibid.*, p. 4.

³ Cit. por Philip Abrams, *Historical Sociology*, Open Books Publishing Ltd., 1982, p. 192.

⁴ Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory (Action, Structure and Contradiction in Social Analysis)*, Londres, The MacMillan Press Ltd., 1979 (reimpressões em 1982 e 1983).

desparsonização («de-Parsonizing»⁵) das ideias do primeiro. Os novos sociólogos históricos («historical sociologists») não são alheios a estas preocupações; mas o que, para além disso, fundamentalmente os individualiza é o interesse tónico pelas grandes interrogações que a história suscita («historically grounded questions»), em lugar da contínua e autocomplacente recuperação e desenvolvimento dos grandes «paradigmas teóricos clássicos»⁶. Pensar em grande («to think big») e com liberdade, isto é, sem confundir ortodoxia com coerência teórica, constitui uma orientação ou programa distintivo da sociologia histórica: «[...] the unflinching pursuit of answers to *large, humanly significant questions* is all that really matters in the life of mind.»⁷ Não foram, pois, apenas os decepcionantes desmentidos que a evidência empírica impôs aos grandes sistemas abstractos que comandaram, mais e diverso da mera revisitação dos clássicos, o norteamento histórico da sociologia. Para este contribuiu também a reacção contra o excessivo academismo e teoricismo que ameaçavam subsumir as sociedades e os homens concretos na indolor abstracção dos modelos universais⁸.

Foi a partir dos anos 20/30 do nosso século, quando, reagindo precisamente contra a agenda estrita e o legado metodológico de Leopold von Ranke, a história se abria ao diálogo com outras ciências sociais em busca de utilidade teórica que a habilitasse a abordar novos objectos e a elevar-se acima do mero evenemencial, que a sociologia tendeu a encerrar-se na auto-suficiência dos seus conceitos e teorias e a auto-abastecer-se do seu arsenal exclusivo de métodos e materiais. No apogeu da «Grand Theory», paradigmaticamente representada pela obra *The Social System*, de Talcott Parsons, a sociologia desdenhará a história como sendo, quando muito, mera ilustração ou campo de aplicação das categorias abstractas através das quais toda a existência social poderia ser apreendida. De há alguns anos a esta parte, porém, a história surge, para uma corrente sociológica importante, da qual Skocpol é um dos expoentes, como um campo de exploração insubstituível para uma sociologia que queira responder validamente às *grandes questões do nosso tempo*.

⁵ Theda Skocpol, «Sociology's [...]», in *Vision and Method [...]*, p. 4.

Peter Burke, em *Sociology and History* (Londres, George Allen & Unwin, 1980), expõe com o máximo sintetismo como foi possível operar uma síntese das concepções (em si mesmas tão diversas) de Weber e Durkheim sobre a mudança social conducente às teorias contemporâneas da modernização representadas por Talcott Parsons. Ver especialmente pp. 82-83.

⁶ Id., *ibid.*, *op. cit.*, pp. 4-5.

⁷ Id., *ibid.*, *op. cit.*, p. 12 (itálico meu).

⁸ Vejam-se as biografias académicas e intelectuais rapidamente esboçadas por Theda Skocpol dos nove autores estudados na obra citada na nota 1, pp. 5-12. São eles: Marc Bloch, Karl Polanyi, S. N. Eisenstadt, Reinhard Bendix, Perry Anderson, E. P. Thompson, Charles Tilly, Immanuel Wallerstein, Barrington Moore, Jr. «[...] every one of our nine scholars has been in some sense marginal or opposed to orthodox academic ways of doing things. Their marginality or opposition has been intimately related, as both cause and effect, to their ability to ask bigger questions than most social scientists ever dream of posing. In turn, asking big questions has led towards the *various blends* of general theorizing, totalizing or comparative historical analysis, and sensitivity to contextual details and temporal processes that make their scholarly achievements so compelling» (p. 8; itálico meu).

I. A SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE THEDA SKOCPOL

1. SOCIOLOGIA HISTÓRICA, E NÃO HISTÓRIA SOCIOLÓGICA

Peter Burke, em *Sociology and History*, publicado em 1980, mantém, conforme o título indica, a separação entre as duas disciplinas. O livro destina-se a evidenciar os benefícios mútuos que resultam do intercâmbio entre o que apelida de duas «subculturas». Ambas melhorarão a qualidade dos seus produtos, mas permanecem produtos distintos de ciências sociais diferenciadas por inspirações teóricas, objectivos práticos, ambições científicas e metodologias próprias.

É importante ter em conta esta distinção se não nos quisermos equivoocar acerca da natureza e do estatuto disciplinar da *sociologia histórica*. É que a expressão pode fazer supor que se trata da unificação de dois territórios — quando o que aconteceu, na realidade, foi apenas pôr cobro à guerra de fronteiras e instituir um regime de trânsito não só livre, mas também obrigatório; não para que a sociologia deixe de ser uma espécie de «história falhada», isto é, perdida na abstracção, mas para que as suas teorias, baseadas na observação histórica, ganhem em pertinência e capacidade explicativa. A expressão pode ainda conduzir a um outro tipo de equívocos, sugerindo que a sociologia histórica constituiria um subcampo ou uma subdisciplina autónoma, ao mesmo título que a sociologia urbana, ou a sociologia rural, ou a sociologia política. Ora todas estas subdisciplinas podem ser históricas... Todas elas podem formular os seus problemas a partir de observações históricas, ou seja, de tal modo que o tempo/momento e o lugar em que se situa a realidade observada sejam factores decisivos na explicação teórica dessa mesma realidade. Dos que assim procedem afirma Charles Tilly: «The sociologists in question are not turning into historians.»⁹ Acontece apenas que as suas teorias *sociológicas* são historicamente alicerçadas («historically grounded»), quer dizer, *enraizadas, ancoradas no espaço-tempo histórico*. Está à vista o preço a pagar pela maior credibilidade de que a sociologia histórica se reclama: a renúncia ao enunciado de leis *gerais*, a relativização espacial-temporal das generalizações, o abandono da ambição nomotética: «analytic historical sociologists also avoid what Samuel Beer once aptly called 'the dogma of universality' [...] Instead, they are content to work with explanatory generalizations that are assumed to be 'relative to a certain context or contexts'»¹⁰. Mas os praticantes da modalidade defendem que esta sociologia não atraiçoa nem sequer prejudica o que tipicamente constitui o empreendimento sociológico: «to explain the patterns and effects of social structures and group action in *potentially* generalizable terms [...] the search for general explanatory variables.»¹¹ É esta a

⁹ Charles Tilly, *As Sociology Meets History*, Nova Iorque, Academic Press Inc., 1981, p. 43.

Para Tilly, o interesse dos sociólogos pela história, encarada esta quer como um campo de observação, quer como um processo cumulativo modelador do presente, deve-se principalmente ao descrédito em que caíram as teorias desenvolvimentistas da modernização nos meados da década de 60. Ver especialmente pp. 37-44.

¹⁰ Theda Skocpol, «Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology», in T. Skocpol (ed.), *Vision and Method in Historical Sociology*, cit., p. 376.

¹¹ Id., *ibid.*, in *op. cit.*, p. 360.

tarrafa que T. Skocpol se impõe a si mesma na análise das causas e consequências das Revoluções Francesa, Russa e Chinesa, no seu livro *States and Social Revolutions*. De facto, esta é inconfundivelmente uma obra de sociólogo: não lhe importa a reconstituição *integral* da *história* daqueles três grandes acontecimentos; não concebe essa reconstituição como a resultante da interpretação comentada e montagem dos textos, esses vestígios do passado que o historiador privilegia; não é a lógica sequencial dos eventos que comanda a narrativa, mas sim os imperativos da análise e demonstração sociológicas. Em suma, não lhe interessa contar uma história!

A marca da socióloga, definida agora pela positiva, é visível em dois pontos fundamentais: a inescapável tentação das explicações generalizáveis, embora não universais (não está em causa uma teoria geral das revoluções, mas sim a detecção de «regularidades causais» comuns àquelas três revoluções concretas), o que, ainda assim, subentende a noção de «explicar» como equivalendo à determinação dum fenómeno por uma lei (mais ou menos geral); e a adopção duma «perspectiva estrutural», isto é, a professada e reiterada ambição de eliminar, como factores explicativos, a acção, os projectos, a intencionalidade dos actores, a não ser quando determinados (e determináveis) como efeitos das estruturas sociais. A antinomia a que Philip Abrams chamou «the dilemma of human agency», «The estranged symbiosis of action and structure»¹², resolve-a Skocpol a favor do evidente primado de um dos seus termos, e não superando-a. Ora é em boa parte da permanência desta antinomia — «the unbudgeable fulcrum of social analysis»¹³ — que se alimenta a separação entre história e sociologia.

2. UMA «SOCIOLOGIA HISTÓRICA ANALÍTICA»

Afora o ser «histórica» — isto é, o recusar a aplicação à história de generalizações abstractas, provenham elas do funcionalismo estrutural ou do evolucionismo marxista —, a sociologia histórica nada prescreve quanto a pressupostos epistemológicos, teóricos ou mesmo metodológicos. Admite toda a variedade de objectos; adapta-se a micro como a macroanálises; conforma-se com a maior diversidade de estilos e de propósitos¹⁴. Sendo talvez o recurso à análise histórica comparativa o traço comum mais saliente às diversas variedades, esta não constitui um requisito metodológico absolutamente indispensável e, sobretudo, nem todos os autores a utilizam com semelhança de objectivos. Uns, servindo-se de determinados conceitos estratégicos («orienting concepts»), procedem a análises comparativas para realçar a singularidade do caso em estudo; o seu propósito consiste em atingir um elevado grau de acuidade na *interpretação* de instâncias históricas concretas¹⁵. Outros aplicam um único modelo a vários casos históricos com o objectivo de iluminar um mesmo fenómeno geral que neles se manifesta. Por exemplo, a história do João Brandão serviria apenas para acrescentar ao nosso

¹² *Historical Sociology*, cit., respectivamente pp. xiv e xv.

¹³ *Ibid.*, p. xiv.

¹⁴ Veja-se na nota 8 *supra* a diversidade de inspiração teórica dos autores que são apresentados como das figuras mais proeminentes da sociologia histórica.

¹⁵ As obras de Reinhard Bendix *Nation-Building and Citizenship* e *Kings or People* são dadas como exemplos maiores deste género.

conhecimento sobre «banditismo». Outros, finalmente, servem-se da história comparativa para testar a validade de conexões causais entre diversas variáveis. É a este grupo dos «analytic historical sociologists» que Theda Skocpol pertence.

Para a sociologia histórica analítica, o método comparativo é um requisito indispensável. Porquê? Porque fornece o meio de *validar* a explicação: a repetição duma determinada constelação de variáveis associada aos mesmos fenómenos indicia da natureza causal dessa associação. Assim, o que orienta a investigação é a busca de regularidades causais. Resta saber que tipo de bússola pode nortear a análise, sugerindo as hipóteses a testar. Em que quadrantes suspeito que se alberguem essas regularidades? Como identificar, nos fenómenos observados, os aspectos relevantes que devem ser comparados? Apesar do professado descomprometimento teórico da sociologia histórica («one does not apply theory to history; rather, one uses history to develop theory»¹⁶, não sobra outro caminho que não seja admitir a inspiração de algumas teorias existentes e tomá-las como orientações para abordar a evidência histórica disponível, sem que essa «inspiração» limite a capacidade do investigador de criar o seu próprio quadro teórico provisório.

Seria ingénuo supor que sociólogos históricos como Theda Skocpol padeçam de candura «positivista», alimentando a irrisória ilusão de que o cientista possa abordar a realidade em estado de graça de virgindade. Pelo contrário, entendem que as boas teorias — são boas as que, dentro dos limites precisos da sua aplicação, encontrem sólida fundamentação empírica —, enquanto articulação coerente de proposições destinadas a explicar determinados fenómenos, só podem e devem resultar da observação e análise despreconceituadas do real: «The investigator's commitment is not to any existing theory or theories, but to the discovery of concrete causal configurations adequate to account for important historical patterns.»¹⁷ *Estamos, pois, nos antípodas da história como ilustração, como campo de aplicação de teorias ou modelos preexistentes*, e igualmente muito afastados da sociologia histórica interpretativa, a qual, mais preocupada com o «como» e «o quê» do que com o «porquê», indiferente ou avessa a generalizações, reconhece a cada contexto individual capacidade autocontida de explicação.

Do ponto de vista da utilização prática de teorias preexistentes e da função estratégica que desempenham na pesquisa, dir-se-ia que a sociologia histórica analítica nem se aventura pelo mar alto nem se confina à cabotagem: navega à vista. Não se trata duma opção de meio termo em busca da virtude. Trata-se da escolha consciente duma estratégia de investigação reputada como a mais eficaz e segura do ponto de vista dos objectivos científicos que a disciplina traçou: estabelecer «valid causal explanations, *potentially generalizable*» (itálico meu). O esforço de renovação da sociologia através da sociologia histórica provém duma manifesta insatisfação com os produtos disponíveis. «Ours is an era when no existing macrosociological theory seems adequate, yet when the need for valid knowledge of social structures

¹⁶ Arthur Stinchcombe, *Theoretical Models in Social History*, Nova Iorque, Academic Press, 1978, p. 1. Citado por Charles Tilly, *op. cit.*, p. 7. Veremos noutra secção («III. As limitações duma perspectiva estrutural») que o modo como Skocpol concebe a detecção de configurações causais é largamente tributária do conceito de «analogias causais» de A. Stinchcombe.

¹⁷ T. Skocpol, «Emerging Agendas [...]», in *Vision and Method [...]*, p. 375.

and transformations has never been greater. Analytic historical sociology allows sociologists to move toward better theories through a full and detailed confrontation with the dynamic variety of history.»¹⁸

II. STATES AND SOCIAL REVOLUTIONS: (A COMPARATIVE ANALYSIS OF FRANCE, RUSSIA AND CHINA)

Revolutions are not made; they come!¹⁹.

1. O OBJECTO E O OBJECTIVO

O objecto de estudo são *revoluções sociais*, determinadas revoluções sociais, nomeadamente as que liquidaram o antigo regime em França, na Rússia e na China. A referência a Estados não significa a indicação dum objecto de estudo complementar ou subsidiário, apenas destaca a relevância que a autora confere aos aspectos político-institucionais, antecipando uma das teses maiores do seu livro, a saber, que foi o colapso das estruturas do Estado das antigas monarquias agrárias que criou a crise que abriu caminho ao processo revolucionário que produziu, depois, novas estruturas sociais e políticas.

A autora concebe as revoluções sociais como fenómenos históricos *singulares*, constituindo um *objecto complexo*, irreduzível a um caso particular de fenómenos sociopolíticos mais gerais, como a disfunção social ou a violência política. «Social revolutions are rapid, basic transformations of a society's state and class structures; and they are accompanied and in part carried through by class-based revolts from below.»²⁰ Como se depreende da citação, a violência, a luta de classes, a participação das massas, a interacção entre transformação social e transformação política e, finalmente, o *êxito* são elementos constitutivos da definição: uma revolução abortada não chega a sê-lo.

O objectivo do estudo é «*explicar* válida e completamente» as revoluções sociais, operação que Skocpol assimila ao enunciado de conexões *causais*, atestadas por *regularidades* estruturais, isto é, pela recorrência, nos exemplos examinados, de situações históricas semelhantes que em todos eles se revelaram — não só de facto, mas logicamente — favoráveis a explosões revolucionárias. O resultado a que se chega não é, nem se deseja que seja, o enunciado duma teoria geral das revoluções, antes a apresentação de um *padrão* («pattern») comum das configurações (político-institucionais, sociais e económicas) que logicamente conduziram ao derrube revolucionário das três monarquias de antigo regime.

Parece supérfluo vincar que o modo de validar este tipo de explicação causal só pode ser atingido através da análise histórica comparativa. A adequação do método não oferece dúvidas. Estas podem surgir doutro lado: serão as «regularidades causais» causas *suficientes*? Por outras palavras: se

¹⁸ T. Skocpol, «Emerging Agendas [...], in *Vision and Method [...]*, p. 385.

¹⁹ Wendell Phillips, citado por Theda Skocpol, *States [...]*, p. 17.

²⁰ T. Skocpol, *States [...]*, p. 4.

não estivessem presentes outras variáveis específicas de cada caso — e, por isso mesmo, eliminadas da explicação —, bastariam as variáveis comuns (as que se repetem) para desencadear uma revolução social? Será possível fornecer uma explicação válida e completa do fenómeno sem, por exemplo, recorrer às noções, cunhadas pelo *historiador* Lawrence Stone²¹, de «precipitants» e mesmo de disparadores («triggers»)? Theda Skocpol não julga necessária tão extensa concessão, nem poderia anuir-lhe por razões de coerência teórica. Esta verificação não contradiz o que acima se afirmou sobre a disponibilidade ou o eclectismo teórico da sociologia histórica, desde que se entenda a utilidade eminentemente heurística que os seus praticantes atribuem às teorias: não são *guiões* para uma narrativa, mas meramente *guias* para a descoberta de quais sejam os aspectos relevantes que cumpre analisar e comparar. Ora as noções de «precipitantes» e «disparadores» da acção revolucionária não só despenhariam a socióloga na balbúrdia das miudezas evenemenciais, como a embrenhariam no mundo inextricável e insondável das intenções e premeditações dos actores sociais. Objectos que não cabem nos limites da perspectiva que a autora considera a única adequada a produzir uma explicação satisfatória e convincente das revoluções sociais: uma perspectiva *estrutural*.

2. AS INSPIRAÇÕES TEÓRICAS: KARL MARX E CHARLES TILLY

Com efeito, a autora descrê em absoluto de todo o tipo de interpretações voluntaristas/objectivistas das revoluções sociais. «What is wrong with the *purposive* image of how revolutions develop?»²² O que se passa de errado é o facto de que tal concepção implica o pressuposto de que as sociedades se baseiam no consenso positivo das massas e de que, por conseguinte, a ordem social se desmoronaria caso o beneplácito colectivo lhe fosse denegado. A esta razão teórica somam-se as conclusões impostas pela evidência empírica: os movimentos revolucionários²³ não começam com o objectivo preconcebido e deliberado de levar a cabo uma revolução; os movimentos revolucionários não possuem homogeneidade e unidade interna nem ideológica, nem política, nem social — os processos a que obedecem e o rumo que tomam dependem do modo como a *cada momento* se vão resolvendo os conflitos entre *élites*, entre vanguardas, entre as vanguardas e as massas, no seio das próprias massas; e, *last but not least*, os movimentos revolucionários resultam de *situações revolucionárias* a cuja criação *inicial* são alheios, derivando estas da «emergence of politico-military crisis of state and class domination»²⁴. Nenhum grupo ou conjunto de grupos de actores sociais poderia controlar e dirigir conscientemente uma dinâmica tão complexa, feita dos encontros e desencontros fortuitos de vontades e intenções diversas ou até opostas.

²¹ Lawrence Stone, *The Causes of the English Revolution (1529-1642)*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1972.

²² T. Skocpol, *States [...]*, p. 16.

²³ Movimentos revolucionários que «fazem» as *revoluções sociais* no sentido em que a autora as definiu — portanto, fenómenos distintos de «alvorotos», «*jacqueries*», «rebeliões», «violência colectiva», «guerra interna», etc.

²⁴ T. Skocpol, *States [...]*, p. 17.

E, no entanto, concedendo-se embora que hajam sido originados em lutas e conflitos prévios («previous struggles») que deixam de fora a maioria dos actores que, depois de aberta a crise do Estado, engrossam os movimentos revolucionários, o certo é que o envolvimento humano *activo* tem de ser explicado. Por grande que seja o potencial constrangedor das estruturas, ninguém se atreveria a interpretar as acções dos homens como um comportamento reflexo. A braços com o «fulcro inamovível da análise social»: a impenetrável, «a ingrata simbiose de acção e estrutura»²⁵; apostada em dar uma resposta *objectiva* à pergunta de saber o que faz correr os homens, Theda Skocpol socorre-se da teoria da acção colectiva de Charles Tilly²⁶ como a bóia que a salvará das águas turvas das interpretações objectivistas e a qual, concomitantemente, lhe permite remover algumas perplexidades com que o marxismo a deixava confrontada.

Para Theda Skocpol, as sociedades não são agregados humanos naturalmente harmoniosos que só factores anómalos ou disfunções acidentais viriam de vez em quando perturbar. Muito pelo contrário, o conflito é inerente às sociedades («societies are inherently conflictiv»). «The Marxist conception of class relations as rooted in the control of the productive property and the appropriation of economic surpluses from direct producers by non-producers is, in my view, an indispensable theoretical tool for identifying *one sort* of basic contradiction in society. Class relations are always a potential source of patterned social and political conflict, and class conflicts and changes in class relations actually do figure prominently in successful social-revolutionary transformations»²⁷ (itálico meu). Registemos, pois, que, para Skocpol, o conflito de classes é *permanente*, ainda que nem sempre seja visível ou nem sempre se manifeste de forma espectacular. Ora o problema específico que a análise das revoluções sociais levanta é justamente o de saber por que motivo esses conflitos de classe, de si *permanentes*, explodem *revolucionariamente* em momentos históricos particulares. «Revolucionariamente» quer dizer por forma a conduzirem à efectiva transformação das estruturas da sociedade e do Estado.

Afirmar que o estalido revolucionário é consequência da agudização dos conflitos até um ponto explosivo não satisfaz a autora. O grau de agudização é, no mínimo, dificilmente mensurável; por outro lado, o mundo está repleto de agudíssimos conflitos sociais que, no entanto, não conduzem a revolução alguma. A partir daqui, do ponto de vista de explicar as revoluções sociais (o que inclui dar conta da sua própria ocorrência), acha-se esgotada a capacidade explicativa do marxismo, sobretudo quando Skocpol é de opinião de que a entrada em cena de vanguardas dotadas de efectiva capacidade unificadora e directiva ocorre numa fase já tardia do processo. Logo, torna-se imprescindível saber como evoluem e se desenvolvem os conflitos de classe. «For this purpose, class analysis must be supplemented by the ideas of political-conflict theorists. It is one thing to identify underlying, potential tensions rooted in objective class relations understood in a Marxist man-

²⁵ Philip Abrams, *op. cit.*, p. xiv: «The estranged symbiosis of action and structure is both a commonplace and the unbudgeable fulcrum of social analysis.»

²⁶ Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution*, Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1978; Charles Tilly, Louise Tilly e Richard Tilly, *The Rebellions Century, 1830-1930*, Cambridge/Harvard University Press, 1975.

²⁷ T. Skocpol, *States [...]*, p. 13.

ner. It is another thing to understand how and when class members find themselves *able* to struggle effectively for their interests.»²⁸

Charles Tilly e Theda Skocpol estão separados, antes de mais, mas entre muitas outras coisas, por interesses (objectos) científicos diferentes. Enquanto o que absorve a segunda é o estudo de revoluções sociais, o primeiro preocupa-se fundamentalmente com o estudo do impacte da «modernização» sobre as formas, intensidade e frequência da «acção colectiva», particularmente da violência colectiva. Para Charles Tilly, e em radical oposição às concepções de Theda Skocpol, as revoluções são um subproduto ocasional («by-product») da acção colectiva. Do ponto de vista sob o qual cabe convocar aqui as teorias de Charles Tilly, cumpre assinalar outra distinção importante entre ambos os autores: sendo simultaneamente historiador e sociólogo²⁹, Tilly procurou construir «uma metodologia na interface da história e da sociologia»³⁰ e concebeu uma teoria que combinasse equilibradamente explicações causais (estruturais) com explicações objectivistas. «He describes collective action as a concept that straddles two major kinds of social analysis, the causal and the purposive.»³¹ Reconhece a capacidade de os homens definirem conscientemente os seus interesses e de lutarem pelos seus objectivos; mas verifica que essa capacidade é decisivamente condicionada pelas oportunidades, pelos recursos disponíveis (políticos e logísticos), pelo grau de mobilização e pela eficácia organizativa dos grupos em conflito. Como seria de esperar, Theda Skocpol retém sobretudo o primeiro lado do díptico (as explicações causais/estruturais): «When and how can subordinate classes fight successfully against those who exploit them? And when and how do dominant classes have the capacity for collective political action? For answering such questions, the political-conflict argument that collective action is based upon group organization and access to resources, often including coercive resources, is especially fruitfull.»³²

Antes de explorarmos tudo o que nesta citação se deve à inspiração de Charles Tilly, precisemos ainda a segunda distinção que acima referi, porque do mesmo passo se esclarecerá um ponto teórico central subjacente ao argumento de *States and Social Revolutions*. Não quis sugerir que Skocpol, supostamente ao contrário de Tilly, negue a existência de interesses racionalmente percebidos pelos actores sociais. Simplesmente, *a*) para esta autora trata-se de interesses de *classe*, logo, estruturalmente determinados, perspectiva que subalterniza (ou minimiza ou mesmo elimina) a componente subjectiva desses interesses; *b*) a prossecução desses mesmos interesses não depende da vontade nem das intenções dos interessados, mas de condicionalismos objectivos que lhes são inteiramente exteriores. Ao contrário de Tilly, Skocpol não deixa grande espaço para a iniciativa criadora dos grupos sociais. A pergunta que esta concepção levanta é a de saber se a autora

²⁸ T. Skocpol, *States [...]*, p. 13.

²⁹ Quer pelos métodos (Tilly averba autênticos recordes de escavação arquivística), quer pelas audiências a que as suas obras se dirigem, Charles Tilly é lido como historiador pelos historiadores e é lido como sociólogo pelos sociólogos. Para uma recensão crítica da sua obra ver Lynn Hunt, «Charles Tilly's Collective Action», in *Vision and Method in Historical Sociology*, cit., pp. 244-275.

³⁰ Lynn Hunt, *op. cit.*, p. 269.

³¹ Id., *ibid.*, p. 248.

³² T. Skocpol, *States [...]*, pp. 13-14.

não estará confundindo duas questões teórica e analiticamente distintas: a verificação de que as vontades descoordenadas conduzem por vezes a resultados inesperados e indesejados pelos actores envolvidos na acção não autoriza a inferência de que tais autores não possuam capacidade de formulação autónoma dos seus objectivos.

É difícil determinar se a *nuance* entre os dois autores provém duma pura opção teórica, ou se não se prenderá de algum modo também com os objectos de estudo de cada um deles. Tilly procurou estabelecer uma tipologia dos padrões históricos da acção colectiva visando o poder ou a resistência ao poder, relacionando-os com estádios da «modernização» e, em particular, com os efeitos de uma das suas componentes, o desenvolvimento do estado-nação centralizado. As noções de *reivindicar*, de *lutar por*, não podem deixar de ser centrais na sua problemática; ora, são noções «transitivas» dificilmente compatíveis com a ausência dum sujeito consciente e activamente determinado em alcançar objectivos prefixados (greves para aumento de salários ou movimentos a favor do alargamento do poder autárquico, por exemplo). Tilly está empenhado em investigar as *opções* que, no quadro de condicionalismos estruturais, as pessoas tomam entre as várias alternativas disponíveis. Skocpol, por seu turno, lida com revoluções sociais desencadeadas por (veremos como) crises de dominação do Estado e de classe, elas próprias originadas por antagonismos entre os próprios grupos burocráticos e entre estes e os grupos socialmente dominantes. Por esta brecha irrompem, *depois*, os que pouco, algumas vezes nada, contribuíram para a cavar, gritando ressentimentos antigos e reivindicações descoordenadas ou contraditórias. Quer dizer, o grau de envolvimento e as modalidades de participação dos actores são exclusivamente determinados pela lógica interna dos movimentos revolucionários. Do díptico que a teoria de Tilly procura abarcar, Skocpol retém apenas o painel da causalidade estrutural, amputando, por lhe não reconhecer operacionalidade ou relevância, o da intencionalidade («purposiveness»).

Não será por acaso que Tilly, pese embora a influência que acolhe de Marx, subalterniza a análise das relações de classe (os grupos cuja mobilização observa aglutinam-se em função de afinidades transclassistas) e ignora pura e simplesmente questões como a da consciência de classe — o que não o impede de valorizar a dimensão política da acção colectiva: os grupos organizados na luta pelo poder desafiam («challenge») a ordem estabelecida e lutam deliberadamente por criar uma situação de «múltipla soberania». Para Skocpol, esta situação *acontece ocorrer* — não constitui um alvo escolhido, antes resulta espontaneamente do facto da existência de oportunidade e capacidade organizativa, *dada a natureza inerentemente conflituosa das sociedades*: as contradições de classe estruturais, mantidas em banho-maria, *podem* então, quando surgem oportunidades, recursos, organização, etc., manifestar-se aberta e activamente.

Vimos o partido que Skocpol tira do argumento de que a acção colectiva depende da capacidade organizativa dos grupos e do acesso a recursos, «often including *coercive* resources» (itálico meu). «[...] in the historical case analysis of this book, I shall not only identify classes and their interests. I shall also investigate the presence or absence (and the exact forms) of the organization and resources available to members of classes for waging strug-

gles based upon their interests.»³³ Ora o Estado é, por definição, um grande (ou o maior, ou o único) detentor de recursos coercitivos e define-se em primeiro lugar como uma *organização*. Também para Tilly «the state was not just the object of struggle, but itself one of the chief parties to it»³⁴. Precisamente no estudo de Skocpol, as revoluções sociais começam porque e quando o Estado deixa de controlar os seus próprios aparelhos de repressão. Mas não é a luta de classes que o estilhaça, antes os conflitos de grupo que ocorrem no seu interior.

3. O ESTADO COMO MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL «BIFRONTÉ»

Duas simples verificações levam Skocpol a recusar *a)* uma visão instrumental do Estado; *b)* a consideração das crises do e no Estado como reflexo (mesmo em última instância...) da luta de classes. Com efeito, o Estado não só compete com a classe dominante pela apropriação de recursos (tanto materiais como simbólicos), como age frequentemente *contra* os interesses da classe dominante; por outro lado, o que desencadeia a crise no e do Estado são pressões internacionais (guerras e derrotas militares, ameaças de invasão, competição colonial ou imperialista)³⁵.

Recusando o já velho reducionismo marxista para o qual o Estado está para a classe dominante como a alavanca para o braço humano, Skocpol rejeita igualmente um outro reducionismo neomarxista que trata o Estado como uma mera «subinstância» do campo social ao concebê-lo como um espaço de condensação das relações sociais: uma espécie de «liofilização» da sociedade, nela absorvido empírica e analiticamente³⁶. Nestas duas versões, como também — sustenta Skocpol³⁷ — na tradição liberal da sociologia política, o Estado é assimilado a uma «arena» onde se confrontam e/ou digladiam interesses económico-sociais através dos seus presumidos representantes. O que distingue a tradição marxista é a ênfase colocada nas funções repressivas do Estado ao serviço da classe dominante (o próprio Tilly não escapa a esta concepção), ao passo que a tradição liberal acentua os processos consensuais como meio de resolução dos conflitos e contorna o problema da repressão postulando que a acção coercitiva do Estado apenas merece ser qualificada como tal desde que o poder careça de legitimidade.

Alternativamente, Skocpol propõe que encaremos o Estado como uma «organization-for-itself», como uma «autonomous structure, with a logic

³³ T. Skocpol, *States [...]*, p. 14.

³⁴ Lynn Hunt, *op. cit.*, p. 264.

³⁵ Tenha-se sempre em atenção que Skocpol não está a falar de todos os Estados ou de Estados em geral em qualquer época, lugar ou circunstância, mas sim dos Estados das três monarquias de antigo regime por ela estudadas.

³⁶ Theda Skocpol discute as teorias neomarxistas do Estado num artigo a que não tive acesso, «Political Response to Capitalist Crisis: Neo-Marxist Theories of the State and the Case of the New Deal», in *Politics and Society*, 10 (2), 1980. A questão é sinteticamente abordada em *States and Social Revolutions*, especialmente pp. 27-29. «[...] along with the 'structuralist' theorist Nicos Poulantzas, Thernborn maintains that 'the state should be regarded neither as a specific institution nor as an instrument, but as a relation — a materialized concentration of the class relations of a given society'» (p. 28).

³⁷ *States [...]*, p. 25.

and interests of its own not necessarily equivalent to, or fused with, the interests of the dominant class in society or de full set of member groups in the polity»³⁸. Como estrutura organizacional, o Estado constitui uma agência incumbida de funções administrativas, políticas e militares coordenadas por um executivo, funções cujo objectivo básico e fundamental consiste no controlo do território e das populações, o que, subentendendo a manutenção da ordem, é mais do que isso: nomeadamente cobrar impostos e recrutar soldados. A existência do Estado depende do cumprimento destas funções; o não cumprimento ameaça-o de desagregação. Quando, sob pressões político-militares e económicas internacionais exigindo acréscimo de recursos e/ou redefinição de políticas, a capacidade de controlo do Estado é posta em cheque, fica adubado o terreno em que vão medrar os conflitos entre os grupos de interesse («interest groups») *formados e encastrados na administração do Estado, divididos, muito precisamente, por interesses de grupo* (e não por contradições de classe de que seriam marionetas ou porta-vozes). «As the core chapters of this book will elaborate, the political crisis that have launched social revolutions *have not at all been epiphenomenal reflections of societal strains or class contradictions. Rather they have been direct expressions of contradictions centered in the structures of the old-regime states*» (itálico meu)³⁹. Mais: foram a substituição do pessoal político dirigente e a transformação das estruturas do Estado operada pelas vanguardas surgidas e consolidadas já na fase radical da crise social-revolucionária que permitiram o êxito final do movimento revolucionário, ao mesmo tempo que determinaram — bem mais do que as intenções e a origem social dos participantes — a natureza e configuração dos novos regimes saídos da revolução. Eis, em síntese, como, para Skocpol, o Estado se converte na dimensão política fundamental e central, constitutiva do próprio processo revolucionário.

O Estado, como Janus, é bifronte, diz Skocpol. Uma face virada para dentro, outra para fora. Isto explica a sua autonomia em relação às classes dominantes, ao mesmo tempo que lhe dita os limites. O grau dessa autonomia não pode ser previsto *a priori*. Depende, em cada caso concreto, do sistema sociopolítico global e *de circunstâncias históricas concretas*. A «obediência» às classes dominantes, bem como as «concessões» às classes dominadas, cessam onde uma e/ou outras façam perigar a capacidade de controlo do território e da população, ou seja, ponham em cheque a cobrança de impostos e o recrutamento militar. Ora estes dois últimos aspectos estão largamente dependentes da magnitude das obrigações e compromissos internacionais. Por seu turno, a magnitude dessas obrigações e compromissos é uma função dos contextos internacionais e *histórico-mundiais* («international world-historical contexts»).

4. A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO HISTÓRICO TRANSNACIONAL E MUNDIAL

A partir da idade moderna, o desenvolvimento e a expansão desiguais do capitalismo através do globo e os diferentes ritmos a que se processou

³⁸ *States [...]*, p. 27. «Member groups in the polity» pertence à terminologia de Charles Tilly.

³⁹ *Ibid.*, p. 29.

a formação de Estados nacionais modificaram as regras e as modalidades da competição internacional.

Se as sociedades são inerentemente conflituosas, o moderno sistema de Estados internacional parece ser inerentemente competitivo. Segundo hoje muitos crêem, nomeadamente depois da divulgação da obra de Immanuel Wallerstein, o «segredo» do capitalismo consistiu na descoincidência entre regiões económicas e unidades políticas nacionais. Como resultado, o traço mais saliente da história europeia dos últimos quatro séculos reside no esforço desenvolvido por todos os Estados para impedir que qualquer deles viesse não só a tornar-se hegemónico, mas também a controlar político-militarmente toda uma grande área económica (que neste sentido não implica continuidade geográfica). Mas, inversamente, essa mesma história é também a dos repetidos esforços de vários Estados (nomeadamente a Espanha de Filipe II e a França de Henrique II) para alcançarem a hegemonia política sobre uma vasta área económica⁴⁰. Em suma, todos os Estados, por razões quer defensivas quer ofensivas, se viram obrigados não só a ampliar as suas estruturas administrativas e militares, mas também a empreender iniciativas no sentido de tornar as respectivas economias mais eficientes (reformas agrárias, caminhos-de-ferro, reformas fiscais, etc.). «Right from the European beginnings, therefore, modernization has always meant national developments only within the contexts of historically developing transnational structures, both economic and military.»⁴¹ O empreendimento de tais iniciativas esbarrou frequentemente na oposição dos grupos socialmente dominantes no plano interno; ou, noutra hipótese, a inactividade dos governantes confrontou os respectivos países com a perda de influência no mercado internacional (alienação de territórios coloniais, por exemplo), com a ameaça de invasão estrangeira, ou, mais drasticamente, com clamorosas derrotas militares. Nos casos em que o modo de institucionalização das relações entre as classes dominantes e o Estado conferia a estas capacidade de interferir e inflectir decisões políticas («political leverage»), o choque de interesses entre Estado e classe dominante saldou-se pelo enfraquecimento do poder do primeiro, dando lugar às crises *políticas* que criaram situações revolucionárias e abriram caminho a revoluções triunfantes.

Observe-se ainda, a concluir este ponto, que o sucesso da revolução não pode ser completamente explicado sem que o investigador se transforme, também ele, numa criatura biface: o curso dos acontecimentos internos é largamente determinado pelos desenvolvimentos transnacionais. Se existe alguma relação entre «modernização» e eclosão revolucionária, ela é seguramente mediada pelos contextos históricos transnacionais — a menos que se conceba a «modernização» como a caminhada autónoma e solitária de cada país em direcção aos paradigmas do progresso e desenvolvimento económico-social. Mas desta ilusão provém justamente o descrédito das teorias desenvolvimentistas da modernização.

⁴⁰ Para I. Wallerstein, o Tratado de Paz Franco-Espanhol de Cateau-Cambésis, de 1559, celebrado na sequência das bancarrotas das monarquias de Habsburgo e de Valois, ocorridas em 1557, assinala o fim duma época em que fora possível «recrear impérios políticos em correspondência con las arenas económicas»: *El Moderno Sistema Mundial*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S. A., 1979, p. 260 (1.ª edição americana: 1974).

⁴¹ T. Skocpol, *States [...]*, p. 22.

5. O MÉTODO: ANÁLISE HISTÓRICA COMPARATIVA

Tão despreocupada com a ortodoxia como preocupada com a coerência teórica, Skocpol serviu-se livremente de teorias preexistentes para definir conceitos e reconstruir uma teoria própria (e provisória) que lhe permitisse fixar uma problemática, entendida esta como «a rudimentary organisation of a field of phenomena which yields problems for investigation. The organization occurs on the basis of some more or less explicitly theoretical presuppositions — it is an application of assumptions and principles to phenomena *in order to constitute a range of enquiry*» (itálico meu)⁴². As indagações de Skocpol incidirão sobretudo, previsivelmente, sobre as estruturas do Estado, o modo como este se encontra localizado no contexto do sistema internacional de Estados e o tipo de pressões por este exercido; sobre os bloqueios ou as potencialidades da economia agrária de antigo regime; sobre a estrutura de classes e as relações entre as classes; sobre as relações entre as classes e o Estado, em particular a classe dominante; sobre os meios e possibilidades de controlo do Estado por parte desta — ou, inversamente, o grau de dependência e sujeição desta em relação ao Estado. O derrube revolucionário das três monarquias de antigo regime estudadas — não se perca de vista que são as causas desse derrube revolucionário que se pretende determinar — jogou-se fundamentalmente em torno destes tópicos. São estes que Skocpol vai comparar a fim de detectar a presença (ou ausência) de constelações ou combinações de variáveis que se revelaram favoráveis a ocorrências revolucionárias. Se forem coincidentes, isto é, se se repetirem de caso para caso, estaremos perante «regularidades causais».

«Comparative historical analysis proceeds through logical juxtapositions of aspects of small numbers of cases. They attempt to identify invariant causal configurations that necessarily combine (rather than probably) to account for outcomes of interest.»⁴³ Não se trata, pois, de confrontar as narrativas completas das três histórias das revoluções consideradas, nem sequer de confrontar as narrativas dessas histórias construídas em função dum tema ou em torno dum conceito estratégico, mas sim de comparar os *contextos* — isto é, as configurações causais — em que as revoluções ocorreram. A narrativa, que para a história constitui em si mesma uma estratégia de explicação, cede o lugar à exposição analítica. A unidade de tempo e de lugar pode e deve ser sacrificada ao imperativo das justaposições lógicas dos aspectos relevantes comuns aos casos observados. A análise histórica comparativa leva o analista a mover-se como uma câmara que apenas foca no tempo e no espaço os planos que interessam ao desfecho do filme, sem se preocupar com a integralidade do argumento nem com a perfeição dos *raccords*.

Vimos o que se compara e porque se compara. Resta ver como se compara.

Para poder garantir a natureza causal das regularidades encontradas não basta registar a repetição da mesma constelação de variáveis. As «ideias teóricas» (como diz Skocpol)⁴⁴ que permitem definir a problemática e orien-

⁴² Philip Abrams, *op. cit.*, p. xv.

⁴³ T. Skocpol, «Emerging Agendas [...]», in *Vision and Method [...]*, p. 378.

⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 384.

tam a pesquisa não dispensam o teste de hipóteses alternativas. O «método da concordância» («method of agreement») deverá ser combinado com o «método da diferença» («method of difference»)⁴⁵. Trata-se de contrastar «casos positivos», em que a mesma configuração causal se repete, com «casos negativos», em que, apesar de semelhanças sob muitos aspectos, não se observa a presença nem do fenómeno estudado, nem de alguma(s) variável(eis) causal(ais) que o explicam. No caso de *States and Social Revolutions*, esta *démarche* traduz-se em contrastar a França, a Rússia e a China, por um lado, com (aspectos relevantes da história da) Inglaterra, Prússia, Alemanha e Japão. «These other countries are suitable controls because, even at moments of revolutionary crises, they did not undergo successful social-revolutionary transformations, despite important structural and historical similarities to France, Russia and China.»⁴⁶ Mas entre estas semelhanças estruturais faltaram *aquelas* identificadas como causas das Revoluções Francesa, Russa e Chinesa, circunstância que proporciona um meio indirecto de as validar como constelações de variáveis causais a cujos efeitos conjugados dessas revoluções sociais são atribuíveis.

III. AS LIMITAÇÕES DUMA «PERSPECTIVA ESTRUTURAL»

When a scientist asks, «Why did that piece of litmus paper turn pink?», he means, «On what kinds of occasions do pieces of litmus paper turn pink?». When an historian asks, «Why did Brutus stab Cesar», he means, «What did Brutus think, which made him stab Cesar?»⁴⁷.

Nada interessa mais a Theda Skocpol do que a pergunta do cientista, nada lhe interessa menos do que a pergunta do historiador. Militantemente comprometida com uma atitude de heterodoxia teórica, reviu e adaptou livremente teorias preexistentes até reunir um conjunto de «ideias teóricas» que lhe permitissem definir uma problemática e elaborar um inquérito. Com idêntica liberdade e exigência crítica percorreu uma vastíssima bibliografia histórica das mais variadas «escolas» ou «correntes». Explicitou princípios, procedimentos e métodos com indisputável rigor. O resultado traduziu-se na apresentação dum argumento extraordinariamente original e, diria, tentadoramente persuasivo. A concepção do Estado como uma «macroestrutura organizacional bifronte» e a ênfase posta nas pressões internacionais contribuem, de facto, para explicar melhor por que motivos as três monarquias agrárias sucumbiram na maré da revolução social. O corte com a concepção instrumental do Estado torna inteligível o que parecia uma aberração: o suicídio das classes dominantes. A estrutura agrária, nomeadamente a organização da agricultura e a situação do campesinato, apanhado nas tenazes do fisco estatal e da exploração dos terratenentes, permite recortar os con-

⁴⁵ Skocpol estabeleceu a sua metodologia comparativa segundo os processos indicados por John Stuart Mill em *A System of Logic*: «Emerging Agendas [...]», in *Vision and Method [...]*, pp. 378-379.

⁴⁶ T. Skocpol, «Emerging Agendas [...]», in *Vision and Method [...]*, p. 380.

⁴⁷ R. G. Collingwood, citado por Peter Burke, *op. cit.*, p. 18.

textos favoráveis às grandes rebeliões camponesas. Mas o enfoque nas relações entre as classes dominantes e o Estado, ou seja, a deslocação do fulcro originário da crise do campo social para o campo político-institucional, explica que a agudização da luta de classes possa ser irrelevante do ponto de vista da eclosão revolucionária. Por outro lado, e uma vez mais, a focagem no processo de reedificação estatal salienta a medida em que a nova ordem social é largamente tributária das novas estruturas e funções político-administrativas do Estado (em lugar de estas serem vistas como um subproduto daquela). Na obra de Skocpol, e ao contrário do que seria de esperar duma autora tão marcada pela inspiração marxista, o político deixa de ser epifenómeno, «simple écume des choses», na expressão de Jacques Julliard⁴⁸, para ocupar de direito próprio o centro da explicação.

Agora vamos ao que fica por explicar.

«The problem of agency is the problem of finding a way of accounting for human experience which recognizes simultaneously and in equal measure that history and society are made by constant and more or less purposeful individual action and that individual action, however purposeful, is made by history and society. How do we, as active subjects, make a world of objects which then, as it were, become subjects making us their objects? It is the problem of individual and society, consciousness and being, action and structure [...]»⁴⁹ Se este é o problema maior da teoria social, deve reconhecer-se que Skocpol o não resolve, uma vez que o contorna eliminando um dos termos da antinomia, com evidente prejuízo para a verosimilhança do seu argumento.

É sobretudo na segunda e última parte do livro, «Outcomes of Social Revolutions in France, Russia and China»⁵⁰, que esta fraqueza se torna mais evidente. Levando os imperativos da «perspectiva estrutural» até às últimas consequências, o desfecho das revoluções sociais, isto é, o tipo de regimes políticos e estruturas do Estado e da sociedade a que deram lugar, é visto como uma resultante das circunstâncias em que eclodiram, como um produto *pré-inscrito* nas modalidades de colapso das antigas estruturas do Estado, no padrão dos conflitos revolucionários que se lhe seguiram, nas formas de mobilização camponesa ocorrida durante a reedificação revolucionária do Estado, nos constrangimentos exercidos ao longo de todo o processo pelo contexto transnacional. Note-se que o que acabei de enunciar descreve uma *série* de efeitos em espiral, isto é, *um encadeamento cumulativo de causas*: cada elemento da série sobredetermina o seguinte. Um procedimento analítico deste tipo (aliás intencional) traduz-se como que num afunilamento das vias de saída duma determinada situação histórica, tratando-as afinal a todas como situações fechadas⁵¹.

⁴⁸ Jacques Julliard, «La Politique», in *Faire l'Histoire*, Paris, Ed. Gallimard, 1974, t. 2, p. 231.

⁴⁹ Philip Abrams, *op. cit.*, pp. XIII-XIV.

⁵⁰ A primeira parte intitula-se «Causes of Social Revolutions in France, Russia and China».

⁵¹ Vimos que são certas «ideias teóricas» que colocam o investigador na pista das regularidades causais — «Or they may be generated more inductively from the discovery of what Arthur Stinchcombe calls 'causally significant analogies between instances' [...]»: Theda Skocpol, «Emerging Agendas [...]», in *Vision and Method [...]*, p. 375.

Charles Tilly, *op. cit.*, p. 8, explica o procedimento de A. Stinchcombe: «Effective studies of social change, according to Stinchcombe, identify deep causal analogies among sets of

Ora o que incomoda e insatisfaz em Skocpol é precisamente esta redução determinista da história à secura duma única trajectória imperativa, inexorável, como se os homens não passassem de meros agentes sob incompassíveis determinações estruturais. A autora procede como se toda a *acção* fosse exclusivamente o efeito duma lógica abstracta da interacção entre estruturas. Esta atitude explica-se, em primeiro lugar, pelo próprio objectivo que a leva a empreender uma longa incursão na história: colher materiais para elaborar teorias sociológicas, *démarche* inversa da do historiador, que utiliza teorias (implícitas) para contar melhor a história. Mas este argumento utilitário não explica tudo: a convicção de que é possível chegar a descobrir leis gerais que regem a mudança social (e estas não são realmente concebíveis a não ser numa perspectiva analítica estritamente estrutural), releva duma opção *filosófica* que postula uma relação de imanência entre o indivíduo e a sociedade⁵². Aqui radica, em última análise, a preferência pela «perspectiva estrutural» e a rejeição de todo o tipo de «purposive explanation», isto é, a consideração de todas as situações como fechadas.

Não é difícil conceder a existência duma lógica abstracta da interacção entre as estruturas. Já não é admissível *pressupor* que nenhuma situação admita opções, opções que se excluem mutuamente pela acção competitiva entre os actores. *O que não satisfaz em Skocpol é que ela ignore que as ideologias e os projectos dos actores em luta sejam eles próprios factores e, eventualmente, variáveis causais de todas as situações e processos sociais, inclusive dos fenómenos revolucionários.*

Senão, vejamos:

A Revolução Francesa resultou num regime demo-liberal; a Revolução Russa, num regime totalitário (pelo menos até ao final do período estalinista); a Revolução Chinesa, numa ditadura comunista. Acaso se poderão explicar tão diferentes «produtos» sem convocar (pelo menos!) a ideologia e os projectos dos dirigentes ou das vanguardas que, mais cedo ou mais tarde, *conduziram* o processo revolucionário? Skocpol sustenta que sim, mas a argumentação é decepcionante. Depois de demonstrar a irrelevância da origem social dos dirigentes enquanto factor determinante dos seus credos ideológicos — o que não oferece controvérsia —, depois de lhes negar a qualidade de «representantes» ou «porta-vozes» de classes, grupos ou fracções de classe — o que também é pacífico —, Skocpol propõe que os encaremos como «actors struggling to assert and make good their claims to state sovereignty»⁵³, crua e simplesmente como «state-builders»⁵⁴. E porquê? Porque esta definição neutra e funcional chama a atenção para a única coisa que a autora julga digna de nota, a saber, aquilo que as direcções políticas estão ocupadas a «fazer»: «claiming and struggling to maintain state

facts thus established in *cumulative causal analyses* of the particular processes of change under study. Facts are deeply analogous if they have similar causes and similar effects. Here is a possible example: we might build a deep analogy among different forms of time discipline and work discipline imposed on workers by pointing out that they all result from the same cause — the effort of owners to increase their discretionary control over the factors of production. We would then point to their similar effects: they all tend to sharpen the division between work and nonwork.»

⁵² R. Boudon, *La place du désordre*, Paris, PUF, 1984, p. 70, nota 43.

⁵³ *States [...]*, p. 164. Sobre esta questão ver especialmente pp. 161-171.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 165.

power.»⁵⁵ Presumir que haja alguma relação entre as ideologias professadas, os projectos delineados e as estratégias práticas seguidas pelas vanguardas é para Skocpol uma simples irrisão: «[...] ideologically oriented leaderships in revolutionary crises have been greatly limited by existing structural conditions and severely buffeted by the rapidly changing currents of revolution. Thus, they have typically ended up accomplishing very different tasks and furthering the consolidation of quite different kinds of new regimes from those they originally (and perhaps ever) ideologically intended.»⁵⁶ O papel da ideologia resume-se, para Skocpol, à quádrupla função de legitimação simbólica, mobilização de massas, justificação de meios e consolidação das fidelidades hierárquicas político-burocráticas.

Examinemos apenas, a finalizar, o caso concreto da revogação da NEP e da colectivização forçada da agricultura, a fim de testar a tese central de que as circunstâncias e os condicionalismos estruturais da eclosão («outbreak») revolucionária determinam, através dum inelutável encadeamento cumulativo de determinações causais que se estende ao longo do processo revolucionário, as modalidades do desfecho («outcome») revolucionário.

Consideremos os três factos que mais poderosamente determinaram que, a partir de finais dos anos 30, a ditadura bolchevista se convertesse num regime *totalitário* e vejamos se eles são imputáveis unicamente às determinações estruturais criadas e cristalizadas ao longo dos anos anteriores, como pretende Theda Skocpol.

Esses três factos são:

- 1) A colectivização dos meios de produção, acompanhada da substituição do mercado pela planificação estatal da economia;
- 2) A opção pela indústria, pela indústria pesada e pela industrialização a todo o vapor;
- 3) Consequência de 1) + 2): o sacrifício do campesinato às exigências financeiras do Estado para custear o seu aparelho burocrático, repressivo e militar e investir na indústria.

Para Skocpol, tudo isto se explica sem qualquer necessidade de convocar a «teoria» revolucionária, o programa político e a ideologia comunistas, incluindo a sua componente meta-histórica, escatológica. Em finais dos anos 20, a NEP teria sido abandonada (e o campo colectivizado) devido 1) às contradições «objectivas» da Nova Política Económica; 2) às «condições situacionais» herdadas do AR; 3) às «propensões políticas» nos meios político-militares transitadas da guerra civil⁵⁷.

1) *Contradições da NEP*: Os camponeses só teriam interesse em expandir excedentes desde que os pudessem trocar por bens de consumo, e isto em condições de razão de troca pelo menos equitativas. Ora a indústria russa não estava orientada para a produção de bens de consumo! Por outro lado, os termos de troca eram extremamente desfavoráveis aos produtos agrícolas. Não expandindo os excedentes agrícolas (na ausência de incentivos económicos, era preferível diminuir a produção e/ou armazenar à espera de

⁵⁵ *States [...]*, p. 171.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 171.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 220.

melhores dias, isto é, de melhores preços), o campesinato comprometia o desenvolvimento do sector industrial (e comercial) da economia.

Curiosamente, para Skocpol, este «dilema» resulta da estrutura agrária socioeconómica saída da Revolução, a qual se saldou pela distribuição de terras e pela devolução do controlo da produção agrícola aos camponeses. Logo, ao Estado pós-revolucionário só restaria a solução de os expropriar maciça e violentamente. Não ocorre à autora que essa estrutura socioeconómica só se constituiu num dilema porque o Estado, isto é, o Partido Comunista, não podia renunciar à colectivização e ao controlo estatal da economia em geral e, em particular, à planificação central da indústria, de indústria pesada, nem ao imperativo da industrialização a qualquer preço e a todo o vapor. Com efeito, o socialismo propunha-se muito precisamente abolir a propriedade privada; em segundo lugar, acreditava-se que o socialismo só poderia vingar numa sociedade industrializada, visto que só esta produziria uma classe operária suficientemente forte e numerosa para conduzir o processo de abolição de classes e a transição para o comunismo; finalmente, e em consequência, o *campesinato* era visto como uma sobrevivência arcaica congenitamente contra-revolucionária.

Não foi, pois, a estrutura agrária socioeconómica saída da Revolução que compeliu inexoravelmente a liquidar a NEP e a colectivizar o campo, mas sim as exigências da ideologia e do programa bolchevique/estalinista. Bukharin, de resto, defendeu uma alternativa ao holocausto de milhões de camponeses (*kulacs* e não só). Mas vingou a via estalinista—devido, segundo Skocpol, aos segundo e terceiro factores «objectivos» e «estruturais» acima indicados.

2) «*Condições situacionais herdadas*» do período czarista: «Stalin's ultimately successful program of crash heavy industrialization obviously benefited from being able to build upon the substantial existing heavy-industrial base (which, of course, was also a crucial organizational foundation of the party's power).»⁵⁸ Beneficiou dessa possibilidade, não foi compelido por ela! O verdadeiro motivo (ou um dos motivos) pelo qual lhe interessou aproveitar aquela base industrial vem indicado entre parênteses.

3) «*Propensões políticas*» transitadas da guerra civil: «Stalin [...] called in speeches full of martial metaphors for a reversion to civil warstyle activism by the Bolshevik Party-state.»⁵⁹ Segundo Skocpol, a táctica de Stalin era mais atractiva («stronger appeal») para a *élite* política existente, ávida de prosseguir a epopeia da cruzada revolucionária.

Seria a estratégia alternativa de Bukharin economicamente inviável?: «Recent research suggests that collectivization may not have allowed actual increases in surpluses appropriated from Russian agriculture as a whole.»⁶⁰ Então o que proporcionou a colectivização dos campos? Proporcionou aquilo que um Estado totalitário não pode dispensar: a radical domesticação e integral subjugação de toda a sociedade ao expansionismo estatal convertido em destinatário de toda a actividade e existência sociais, enquanto encarnação da transcendência histórica.

⁵⁸ *States [...]*, p. 225.

⁵⁹ *Ibid.*, cit., p. 224.

⁶⁰ *Ibid.*, cit., p. 225.

Não tendo percebido, ou não tendo querido perceber, a verdadeira natureza totalitária do estalinismo, Skocpol limita-se a descrever o Estado Soviético como uma singela combinação do seguinte: «[...] burocratic hierarchy, stress on the prerogatives of professional experts, and highly centralized and coercive Party controls over both the state functionaries and popular groups, especially the peasantry.»⁶¹ Nesta caracterização institucional do Estado Soviético estão ausentes as suas traves-mestras: a Cheka e os campos de concentração. Para Skocpol, o resultado da Revolução Russa resume-se, candidamente, na criação dum «totally collectivist and authoritarian system»⁶².

Skocpol fala no extermínio dos camponeses, nos campos de concentração, na sistemática destruição de qualquer oposição política, na tentativa de eliminação de toda a diferença (isto é, «Gleichschaltung»), nas constantes purgas no seio do Partido, na onnipresença da polícia, etc. Mas nada disto parece configurar, aos seus olhos, mais do que um Estado «colectivista» e meramente «autoritário». Porquê?

Porque o sistema totalitário que resultou da Revolução Russa não pode ser explicado sem convocar as ideologias, os projectos e os programas dos actores. Não tendo considerado estes aspectos como factores relevantes ou até como variáveis causais, Skocpol é obrigatoriamente conduzida a ignorar distinções essenciais entre as Revoluções Francesa e Russa e os respectivos «produtos»: «The Russian New Regime was broadly similar to the French in its political centralization and urban-burocratic basis, yet also qualitatively different from the French New Regime in its dynamic orientation toward national industrialization under Party-state control.»⁶³ Ninguém se dará por satisfeito com tão sumário e superficial contraste. *Mas trata-se da consequência lógica e necessária da adopção duma perspectiva estritamente estrutural*: «[Thus] the French Revolution is viewed as a capitalist and liberal revolution led by the bourgeoisie, whereas the Russian Revolution is viewed as an anti-capitalist, communist revolution made by the industrial proletariat and the Bolshevik Party. *In contrast*, I have analyzed the French and Russian Revolutions in similar terms: for both I have emphasized the interplay between, on the one hand, the direct accomplishments and indirect political consequences of peasant revolts against landlords and, on the other hand, the struggles of political leaderships to build and use state organizations within the given domestic and international circumstances» (p. 233). Que uns líderes fossem liberais e confiassem na mão invisível do mercado e que outros acreditassem que a ditadura do partido do proletariado havia de conduzir à libertação da humanidade é, aparentemente, um pormenor desprezável.

⁶¹ *States [...]*, p. 232.

⁶² *Ibid.*, cit., p. 233. Para uma análise e caracterização do estalinismo ver Hannah Arendt, *Le Système Totalitaire*, Paris, Seuil, 1972. (Este livro constitui a terceira parte da obra *The Origins of Totalitarianism*, publicada em 1951.) O que escapa a Theda Skocpol é que «Le Totalitarisme ne tend pas vers un signe despotique sur les hommes, mais vers *un système dans lequel les hommes sont de trop*», p. 197 (italico meu).

⁶³ *Ibid.*, cit., p. 206.

EPÍLOGO

O que Skocpol deixa por explicar é o que afinal só é explicável em termos da *acção* dos homens. Trata-se do assunto e da tarefa centrais do historiador: reconstruir, tornando assim inteligíveis, comportamentos humanos passados. Nem por isso o objecto da história é um objecto menor ou residual. Em história, a *narrativa* é ela própria uma *estratégia de explicação* na qual ficam subsumidas — ou deveriam ficar — a teoria, a análise e a demonstração. Mas nada lhe prescreve qualquer espécie de incompatibilidade com a teoria nem a confina às periferias «evenemenciais». A carga pejorativa que parece ter contaminado o «evenemencial» provém da presunção de que este está ferido de superficialidade e irrelevância congénitas, pairando acima — ou abaixo, ou ao lado — das estruturas que, estas sim, modelariam decisivamente a evolução das sociedades. Mas de que outro modo poderemos conceber a formação de estruturas senão através da *acção* humana ao longo do tempo? «As a phenomenon, history is the cumulative effect of past events on events of the present.»⁶⁴

Para a história, o tempo é mais do que localização cronológica ou indicação de contexto («environment»); é o fluir dos acontecimentos, é acontecer, e, portanto, a própria substância da narrativa. A separação, feita para fins analíticos, entre sincronia e diacronia é algo que se resolve na própria *escrita da história*. Ao que parece, é para a sociologia, dado o seu objectivo irrenunciável de construir teorias entendidas como leis sociais, que aquela separação se converte, aparentemente, numa antinomia insolúvel. Ou, antes, numa antinomia que requererá ainda muita investigação teórica para que possa ser operativamente superada.

Referindo-se ao livro *Central Problems in Social Theory*, de Anthony Giddens, com o qual dialoga expressamente, escreve Philip Abrams: «*Central Problems in Social Theory* is the first work in which the problematic of action and structure, in all its forms, is directly repudiated and replaced as a basis for general theory by the problematic of structuring.»⁶⁵ Segundo a interpretação de Philip Abrams, tal consistirá em reconstituir essa antinomia como um *processo* temporal, ou seja, conceber a sociedade como um fenómeno em/de estruturação. As implicações disto parecem-lhe claras: «[...] with the recovery of temporality as integral to social history: history and sociology become methodologically indistinguishable.»⁶⁶ «[...] the separation of history from sociology ceases to have meaning.»⁶⁷

⁶⁴ Charles Tilly, *op. cit.*, p. 12.

⁶⁵ Philip Abrams, *op. cit.*, p. xvii.

⁶⁶ Anthony Giddens, citado por Philip Abrams, *op. cit.*, p. xvii.

⁶⁷ Philip Abrams, *op. cit.*, p. xviii.

Anthony Giddens não parece atribuir grande alcance ao simples facto de se reconhecer que a sociologia é e deve ser histórica: «[...] this means very little at a time when historians are becoming more 'sociological', and where basic issues of the nature of historical investigation remain as contested as ever. As a minimal claim it can be said that what history is, or should be, cannot be analysed in separation from what the social sciences are, or should be. However, I should want to go much further than this. *There simply are no logical or even methodological distinctions between the social sciences and history — appropriately conceived*»: *Central Problems in Social Theory (Action, Structure and Contradiction in Social Analysis)*, Londres, The MacMillan Press Ltd., 1979, p. 230 (reimpressões em 1982 e 1983).

Como disse no início desta exposição, este não é o caminho seguido por Theda Skocpol. A sociologia histórica não aspira à fusão das duas disciplinas. Tilly, que trabalha na «interface» de ambas, emite um prognóstico radicalmente oposto ao de Abrams: «The result, I predict, will not be a general rapprochement of sociology and history, but a counterpart to the earlier development of separate social-scientific specialties within history: a highly selective shift of particular topics to historical analyses and historical materials.»⁶⁸ O que Tilly quer dizer é que certos temas, os grandes temas da sociologia, não mais poderão ser competentemente abordados sem o recurso à observação histórica. Trata-se precisamente dos que se prendem com mudanças estruturais em grande escala, como as revoluções sociais, por exemplo. «The attempt to formulate general laws of revolution, of social movements, or of worker organization will give way to a quest for regularities in the collective action of particular historical eras.»⁶⁹

Skocpol é mais socióloga e menos historiadora do que Tilly. Não parece que se dê por satisfeita com uma sociologia confinada ao objectivo atrás enunciado. A defesa do descomprometimento teórico, isto é, de que o analista se deve limitar a um mínimo de «ideias teóricas» que lhe permitam definir uma problemática e organizar um inquérito, não traduz nenhum cepticismo definitivo quanto à possibilidade de chegar, mais do que a descobrir regularidades, a produzir teorias generalizáveis e, idealmente, gerais. O aparente «cepticismo teórico» constitui apenas uma «estratégia *prática*» de investigação⁷⁰, ou seja, o *modus faciendi* mais adequado e eficaz para testar grandes modelos e teorias existentes e *ir construindo* outras mais solidamente fundamentadas. Não basta verificar regularidades, embora se deva começar por aí. O passo seguinte consistirá em descobrir quais são as causas que as provocam — enunciar as leis que as regem. A sociologia deixa de ser concebida como uma ciência *natural* (intemporal, a-histórica) da sociedade, mas o seu objectivo clássico não é renunciado: «Ours is an era when no existing *macrosociological theory* seems adequate, yet when the need for valid knowledge of social *structures* and transformations has never been greater.»⁷¹

⁶⁸ Charles Tilly, *op. cit.*, p. 44.

⁶⁹ Id., *ibid.*, mesma página.

⁷⁰ T. Skocpol, «Emerging Agendas [...]», in *Vision and Method [...]*, p. 385.

⁷¹ Id., *ibid.*, mesma página.